



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2021 – MANDATO 2017-2021

--- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal de Alpiarça, cuja a mesa é composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela senhora 2.ª Secretária Fernanda Garnel e pelo senhor Secretário João Osório.-----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

--- 1. João Pedro Antunes Osório(CDU).-----

--- 2. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

--- 3. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

--- 4. Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel (CDU).-----

--- 5. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU).-----

--- 6. Miguel Ângelo Félix Miranda (CDU).-----

--- 7. Nuno António de Oliveira Prates (CDU).-----

--- 8. Abel Ferreira Melro Pedro(PS).-----

--- 9. Maria Filomena Lopes Rúbio(PS).-----

--- 10. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS).-----

--- 11. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----

--- 12. Cidália Maria da Silva Maia Sal (PS).-----

--- 13. António Correia da Rama(PS).-----

--- 14. Armindo Pinto Batata (MUDA).-----

--- 15. Ana Margarida V. Rosa do Céu (PS).-----

--- Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:-----

--- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

--- 2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 3. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- 4. Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes.-----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:**-----

--- Ponto 1: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Para conhecimento.-----

--- Ponto 2: Nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Alpiarça para os anos 2021 e 2022, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

Para deliberação.-----

--- Ponto 3: Proposta de isenção do pagamento das taxas relativas à emissão de licença especial de ruído para realização de eventos desportivos, espetáculos e outros eventos culturais de idêntica natureza.-----

Para deliberação.-----

--- Ponto 4: Apreciação e votação da Proposta de Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 319.250,00 €.-----

Para deliberação.-----

--- Ponto 5: Proposta – Cedência de Terreno para Afetação ao Domínio Público. Município de Alpiarça. -----

Para deliberação.-----

--- Ponto 6: Proposta – Revisão Orçamental N.º 2. Município de Alpiarça.-----

Para deliberação.-----

--- Ponto 07: Prestação de Contas do Ano de 2020. Município de Alpiarça.-----

Para deliberação.-----

--- Ponto 08: Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 24 e 30 de Abril de 2021.-----

Município de Alpiarça;-----

Para deliberação.-----

--- Ponto 09: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 20 do Regimento;-----

Para deliberação.-----

--- A sessão foi aberta pelo senhor Presidente da Mesa eram vinte e uma horas.-----

--- O Presidente da Mesa informou que estavam ausentes da bancada da CDU, a senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha, que tinha sido substituída pelo senhor Deputado Municipal Miguel Miranda e o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas, que tinha sido substituído pelo senhor Deputado Municipal Nuno Prates. Referiu que da bancada do Partido Socialista estavam ausentes a senhora Deputada Municipal Graci-

ete Brito, que tinha sido substituída pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, a senhora Deputada Municipal Ana Rita Marques, que tinha sido substituída pelo senhor Deputado António Rama e o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, que tinha sido substituído pela senhora Deputada Municipal Cidália Sal. Informou, ainda, que da parte da Câmara Municipal se verificava a ausência da senhora Vereadora Casimira Alves. Por fim, e como se verificava a ausência de um elemento da Mesa, solicitou ao senhor Deputado Municipal João Osório que substituísse o elemento que estava em falta, caso a Assembleia Municipal não se opusesse. -----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

--- Não houve inscrições no primeiro período de intervenção do público.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por lembrar que no início do mandato, quando já tinha sido eleito e estava a preparar os trabalhos que achava necessários para apresentar na Assembleia, alguém lhe tinha dito, com uma linguagem coloquial, que não se devia preocupar, pois só interessava o trabalho que era realizado nos últimos quatro meses do mandato, sendo que na altura tinha achado o comentário sem sentido, mas na verdade após três anos e meio em que Alpiarça se tinha mantido adormecida, a quatro meses das eleições via-se a Vila em “efervescência”, viam-se obras indispensáveis a ser realizadas, alcatroamentos indispensáveis a ser executados, pelo que tinha “dado o braço a torcer” e agora achava que o amigo tinha razão, pois não valia a pena fazer nada, a não ser quatro meses antes das eleições.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, que começou por referir que na última Assembleia Municipal tinha questionado o Executivo relativamente à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e ao programa 1.º Direito - Portal de Habitação, sendo que o senhor Vice- Presidente tinha respondido que o Município pretendia usufruir dos dois programas e estava a preparar candidaturas, pelo que passado dois meses julgava importante perceber se já tinha sido feito o levantamento, se as candidaturas estavam preparadas para ser apresentadas, até porque numa rápida consulta aos meios de comunicação regionais, tinha percebido que havia alguns Municípios, que já tinham previsto alguns milhões de investimento, pelo que julgava que era importante que o Município de Alpiarça não se atrasasse. Referiu, depois que havia outro ponto que não podia deixar de voltar a abordar na Assembleia, ainda durante o mandato em curso, que tinha a ver com a criação do Conselho Municipal da Juventude, até porque o diploma que tinha instaurado o Conselho Municipal da Juventude era de dezoito de fevereiro de dois mil e nove, e estipulava que os Municípios nos quais à data de entrada em vigor da referida lei, não

existisse Conselho Municipal da Juventude, deviam preceder a sua instituição, no prazo máximo seis meses, o que efetivamente não tinha acontecido, durante doze anos de mandato, eventualmente por falta de vontade política em criar formas de colocar os jovens como forças vivas do Concelho, em contacto com o Município e, de certa forma, com possibilidade de influenciar as decisões no Concelho.-----

--- Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Ana Margarida Céu, referindo que nos últimos anos tinha vindo a verificar que Alpiarça estava cada vez menos cuidada, com os caixotes do lixo constantemente com excesso de conteúdo, sendo que achava que o Executivo já tinha tido tempo para verificar quais eram os contentores que tinham maior utilização, de forma a que a recolha fosse cada vez mais frequente nos mesmos, como por exemplo, na Rua José Relvas, junto à antiga Pastelaria Brasileira, na Rua Queiroz Vaz Guedes, na Rua 2 de Abril, na Rua Silvestre Bernardo Lima entre outras, sendo que também as vias públicas, nas zonas que circundavam os caixotes, apresentavam falta de limpeza. Continuou a intervenção, dizendo que a presença de ervas nalguns passeios também era visível, bem como a falta de limpeza de algumas ruas, pelo que deveria existir uma intervenção mais regular consoante as necessidades inerentes a cada zona.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo, que como habitualmente transmitiu informações sobre a atividade da Junta de Freguesia, referindo que no dia vinte e três de maio de dois mil e vinte tinha sido feito um passeio com os funcionários da Junta de Freguesia, e tinha sido homenageado o funcionário Jorge Coelho, que tinha feito vinte e cinco anos ao serviço da Junta de Freguesia de Alpiarça. Em relação ao projeto da recolha dos móveis, informou que continuavam a receber bens, inclusive de pessoas residentes fora do Concelho, que os até os transportavam para Alpiarça, porque consideravam o projeto muito importante. Explicou que, em virtude do furo que tinha sido construído no cemitério, estava prevista uma poupança de verba na ordem dos mil e setecentos euros por ano, e disse ainda que estavam a terminar a casa de banho da Escola Visconde Barroso, bem como a realizar pinturas nos muros do Cemitério do Vale da Cigana e no Cemitério Velho. Continuou a intervenção referindo que tinha visto um comentário nas redes sociais, que questionava o porquê da Junta de Freguesia fazer arranjos em casa de pessoas carenciadas, em vez de cuidar do seu património, pelo que esclareceu que no património da Junta Freguesia não existia habitação social e como tal, lamentava que isso não tivesse sido confirmado, por quem fez o comentário e que as redes sociais fossem usadas para denegrir a imagem de Alpiarça.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que começou por lembrar que, a propósito da proposta para a contração do empréstimo destinado ao asfaltamento de vias municipais diversas, a bancada do PS tinha apresentado argumentos sobre a congruência entre o valor que estava afeto a tal proposta de intervenção e a realização da mesma, tendo sido lançado um

desafio ao senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de deixar correr um ano, para depois se verificar a razoabilidade ou a irrazoabilidade da proposta apresentada pela Câmara, sendo que ao fim desse ano se faria na Assembleia Municipal a análise do processo, no sentido de averiguar se o valor do empréstimo tinha sido suficiente para a concretização de todos os asfaltamentos, pelo que passado um ano julgava que estavam em condições de apurar tal situação, até porque era salutar que tais assuntos não ficassem esquecidos. Questionou, também, se estava a decorrer alguma intervenção no interior na Casa dos Patudos e em caso afirmativo, no que é que consistia essa intervenção, e em relação ao ponto sete da ordem de trabalhos daquela Assembleia, frisou que não estava presente o mapa da hipotética responsabilidades e créditos futuros, decorrentes de processos judiciais em curso a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, pelo que questionava se o mesmo não tinha sido anexado por opção ou por esquecimento, sendo que nesse último caso, solicitava que lhe fosse disponibilizado o mapa, de modo a conseguir apreciar o referido ponto da ordem de trabalhos.-----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que começou por valorizar as obras que estavam a decorrer no Concelho, que correspondiam a aspirações antigas, como era o caso da construção dos balneários, bem como da colocação da iluminação e do relvado no Estado Municipal, considerando que era obras importantes e que valorizavam o Concelho de Alpiarça. Referiu-se, também, aos asfaltamentos que estavam a decorrer no Concelho e que vinham de alguma forma a reparar algumas vias comunicação internas, que apresentavam algum estado de degradação. Saliou que as autarquias não podiam, de forma alguma, deixar de cumprir as suas obrigações, apenas porque se estava nos últimos quatro ou cinco meses de mandato, e pelo contrário, deviam continuar o seu trabalho, até porque os mandatos era de quatro anos, sendo que as obras aconteciam quando era possível concretizá-las. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Abel Pedro, que lembrou que tinha questionado em anterior Assembleia, se existia algum problema no concurso relativo às obras da Escola EB 2/3 S, sendo que na altura tinha sido respondido pelo senhor Vice- Presidente que não havia qualquer problema, embora entretanto se tivesse constatado, que o tribunal tinha acabado por dar razão à concorrente que tinha contestado a adjudicação dessa empreitada. Saliou que, em sua opinião, a empresa a quem tinha sido inicialmente adjudicada a obra, talvez não tivesse capacidade para concorrer a um concurso daquela natureza, sendo certo que a empresa que tinha contestado o concurso, era uma empresa reconhecida e com obras realizadas em muitos locais. Questionou, ainda, se iria ser desenvolvido algum procedimento por parte da Câmara Municipal, relativamente a quem tinha induzido o erro na tomada de decisão da adjudicação, já que do seu ponto de vista o concurso não tinha sido bem ajuizado, o que inclusive podia trazer alguns prejuízos para Câmara Municipal, nomeadamente, em termos de prazos para a concretização da própria obra. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Nuno Prates, que começou por felicitar o Executivo, e em particular a senhora Vereadora da Cultura, pela coragem de acreditar na cultura, pois eram várias as iniciativas que estavam a ser levadas a cabo, nomeadamente, a iniciativa "Cultura a 4 Tons", que contemplava diferentes espetáculos, vários públicos e estava efetivamente a ser uma aposta ganha. Continuou a intervenção, felicitando o Executivo pelo empenho e pela coragem na conservação e proteção do património cultural do Concelho de Alpiarça, pois efetivamente tinha sido uma aposta muito positiva, concretizada ao longo dos últimos anos, a valorização do edifício da Casa dos Patudos, que constituía um excelente exemplo da arquitetura de Raul Lino. Frisou que a divulgação que era feita do espaço, tinha ultrapassado as fronteiras nacionais, e também com a coragem do atual Executivo tinham avançado com a conservação preventiva da Sala Império, de que já se falava havia muitos anos, sem que anteriormente tivesse havido coragem para que fosse feita, sendo que com a abertura daquele espaço se estava a possibilitar a quem visitava a Casa dos Patudos de ver mais um espaço, e concretamente, poder observar a vasta e valiosa coleção de leques da dona da casa, Eugénia da Silva Mendes. Concluiu a intervenção, salientando que a cultura estava muito bem servida em Alpiarça, não só pela preservação do património, mas também por tudo o que tinha sido desenvolvido nos últimos tempos. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário Pereira, que relativamente à intervenção do senhor Deputado Municipal Armindo Batata, explicou que já tinha tido a oportunidade de referir noutras ocasiões, que não era por opção do Executivo que a generalidade das obras estava a decorrer no último ano do mandato, porque sempre tinham procurado fazer obras nos momentos em que isso era possível, sendo disso exemplo a intervenção no Jardim Municipal, cuja obra tinha sido inaugurada já depois das eleições autárquicas de dois mil e dezassete, ou a primeira fase de requalificação do Mercado Municipal, que não tinha decorrido nos últimos meses de mandato. Em relação às questões colocadas pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, sobre a candidatura ao projeto 1.º Direito - Portal da Habitação, reiterou que a mesma estava a ser preparada, e tinha sido contratada assessoria externa para o efeito, sendo que a empresa estava a preparar toda a documentação necessária para se fazer a candidatura, de modo a permitir uma futura intervenção no edificado propriedade do Município, sobretudo na habitação social existente, e também a permitir a possibilidade de aquisição e recuperação de nova habitação, para ser colocada ao serviço da população, à disposição de famílias que dela necessitassem. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, explicou que entendia que a constituição do mesmo não era uma obrigação do Município, e considerava que essa não era uma questão prioritária, nem essencial para o funcionamento da Autarquia, até porque já existiam diversas formas de intervenção e de participação dos cidadãos, e em concreto dos mais jovens, como era o caso das atividades desportivas, culturais e a própria participação cívica em determinados eventos, quer também as forças políticas, com toda a legitimidade que tinham para intervir e para en-

quadrar a intervenção da juventude nos diversos Municípios. Continuou a intervenção, referindo em relação à questão do asfaltamento das ruas, que estava a decorrer o processo de materialização daquilo que tinha sido discutido, aquando da aprovação da contratação do empréstimo, sendo que esperava que até ao fim do verão as intervenções estivessem concluídas, e nessa altura poderia depois ser feito o balanço de todo o processo. Frisou que, em sua opinião, o Partido Socialista, e nomeadamente o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, tinha abordado de forma indevida aquele assunto na Assembleia Municipal, ou seja, numa forma pouco objetiva, mas no final seria possível fazer todo o balanço da situação. Em relação à Casa dos Patudos, explicou que a intervenção que estava em curso era relativamente simples, era algo que estava a ser protelado havia já demasiado tempo, e que se prendia com a remodelação ou manutenção de um espaço que já existia, mas não estava aberto ao público, não estava em condições de ser visitado, que era a Sala Império, sendo que o objetivo era criar ali mais um espaço integrante do circuito da Casa, com a valência de apresentar a coleção de leques da D. Eugénia Relvas. Frisou que concordava com as considerações dos senhores Deputados Municipais Celestino Brasileiro e Nuno Prates, porque havia de facto uma nova dinâmica ao nível das atividades desportivas, culturais e do movimento social em Alpiarça, mesmo num momento difícil, decorrente dos efeitos da pandemia. Referiu, também, o contributo da senhora Vereadora Casimira Alves, no sentido de renovar a forma como o Executivo olhava para aquelas questões, e deixou o convite a todos os eleitos para participarem nas atividades que se estavam a realizar, com segurança e de acordo com todas as normas. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, dizendo que não concordava minimamente com as afirmações da senhora Deputada Municipal Ana Margarida Céu, relativamente à falta de higiene das ruas de Alpiarça, e pelo contrário até se orgulhava bastante de Alpiarça e das pessoas que se dedicavam àquelas atividades e conseguiam manter um nível de limpeza no Concelho muito aceitável, tendo em conta todo o panorama em que se vivia, sendo certo que, pontualmente podiam existir caixotes do lixo que estavam mais cheios, mas não era de toda a generalidade das situações e como tal, só tinha que realçar o empenho e a dedicação de todos aqueles que estavam naquelas funções, e que de certa forma também permitiam que fosse possível sentir orgulho na forma como Alpiarça se apresentava. Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, explicou que tinha consultado a Lei n.º 73/2013, e tinha confirmado que o mapa das responsabilidades contingentes apenas aparecia no orçamento municipal, e não na prestação de contas, até porque fazia sentido que fosse na preparação do orçamento, que se tivesse que ter em conta as responsabilidades que podiam resultar de processos que se encontrassem em tribunal. Esclareceu, igualmente, que o processo da Escola EB 2/3 já tinha sido abordado na Assembleia algumas vezes, e já tinha referido que caso viesse a ser apresentada alguma impugnação, ali estaria para desenvolver todos os procedimentos necessários em relação a essa situação, sendo que não tinha dito exatamente que

não havia problema nenhum, ou que não poderia haver, até porque havendo uma contestação era normal que a entidade, acreditando ter razão, levasse o processo para diante. Frisou que se estava a falar de questões completamente diferentes, e em patamares diferentes, pois o processo de concurso tinha sido desenvolvido até ao início de Outubro, e a contestação inicial que tinha sido apresentada, reportava-se às pontuações dadas pelo júri aos critérios da valia técnica, tendo depois sido apresentada uma outra contestação, relativa à questão do alvará de um dos sub-empregueiros, e por fim a impugnação feita em tribunal, no âmbito da qual se verificou que tinha sido apresentado um documento que não estava válido, porque a empresa não tinha pago a taxa no IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, o que era um facto insanável e por isso, tinha sido revogada a primeira adjudicação e feita a adjudicação ao concorrente seguinte, estando o processo a aguardar o visto do Tribunal de Contas, para depois se iniciar a obra. --

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer que na impugnação judicial, não tinha havido qualquer decisão do tribunal sobre o teor da mesma, sendo que os serviços da Câmara Municipal de Alpiarça, após ter avaliado o conteúdo da impugnação, tinham dado conta que, de facto, tinha sido apresentado um documento que não estava válido e por isso, tinham sugerido a revogação da primeira adjudicação e a concretização da adjudicação ao concorrente seguinte, tendo resultado dessa deliberação a extinção do processo em tribunal. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que se dirigiu ao senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o mesmo tinha o hábito de adjectivar, de classificar a forma como as pessoas intervinham, se era devida ou indevida, embora julgasse que essa não fosse uma atribuição de um Presidente de Câmara. Continuou a intervenção, frisando que o que tinha referido sobre a irrazoabilidade da proposta apresentada, relativamente aos alcatroamentos, estava suficientemente demonstrado, pois a proposta não era exequível, tanto mais que pelo menos um dos concursos lançados tinha ficado deserto. Quanto à questão da Casa dos Patudos, pediu permissão para ler o testamento de José Relvas, na parte em que dizia o seguinte: "*As restaurações necessárias para a conservação de quadros, tapetes, mobiliário e de tudo o que constitui o recheio artístico da casa e bem assim elementos decorativos, só poderão ser feitas, depois de autorizadas pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa, ou na sua falta, por entidade que superintenda os museus de arte antiga*". Posteriormente, salientou que sabia que já tinham sido cometidos "atropelos" na Casa dos Patudos, de forma desrespeitosa e leu outro extrato do testamento de José Relvas: "*A Câmara conservará devidamente tratado o jardim situado a nascente da residência, o terraço ajardinado em frente da fachada principal e a pequena mata que ocupa os terrenos inferiores do terraço, desde a adega até à cancela da entrada da Quinta pelo lado da Corte da Pereira*". Em relação à prestação de contas, salientou que só ao fim de onze prestações se tinha chegado à conclusão que o mapa das responsabilidades contingentes devia deixar de aparecer na prestação de contas e passar a apare-

cer no orçamento, sendo certo que já no ano anterior tinha chamado a atenção para a mesma omissão. Informou, ainda, que o Município tinha sido condenado na ação que a Fundação José Relvas tinha movido, relativa à distribuição das verbas do legado Manuel Nunes Ferreira, e leu um extrato da decisão proferida: *"De facto, não se afigura lícito ou adequado, que a ré, tendo instituído um conjunto de equipamentos sociais a partir do legado José Relvas, cujo resultado é recorrentemente negativo, pela sua natureza, venha a retirar do rendimento do legado Manuel Nunes Ferreira, todo o valor do rendimento dos bens para suportar despesas que nada têm a ver com o principal fim para que foram deixados os legados, a assistência a idosos e crianças do Concelho de Alpiarça, levado a cabo pela Instituição José Relvas"*. Concluiu, dizendo que se tinha comprovado que estava em curso um processo indevido de apropriação de bens, para fins que não os fins do testamento, mas que ainda existia justiça, embora tardia. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que começou por agradecer ao senhor Presidente da Mesa, o facto de ter alertado para a proibição da gravação de imagens na Assembleia, porque também tinha reparado que estavam a ser feitas gravações sem autorização e isso não lhe agradava, pois constituía uma falta de respeito para com os eleitos. De seguida, salientou que era visível a melhoria significativa ao nível da higienização dos contentores e da limpeza urbana em Alpiarça, pelo que tinha que deixar ali esse registo.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, que em relação ao Conselho Municipal da Juventude frisou que a lei determinava que os municípios deviam proceder à sua instalação, e não que tinham a faculdade de o instalar, sendo certo que caso existisse uma punição legal para o incumprimento daquela obrigação, então certamente que a Câmara Municipal de Alpiarça já teria instalado o Conselho Municipal da Juventude. Explicou, ainda, que quando se falava naquilo que eram os propósitos do Conselho Municipal da Juventude, não se estava propriamente a falar da criação de atividades para os jovens, mas antes de dar a palavra e a possibilidade aos jovens de falarem sobre as suas preocupações, a questão era simplesmente essa, e não tinha a ver com a existência ou não de atividades para os jovens.-----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, começando por recordar que em tempos tinha sido publicada uma fotografia sua, tirada durante uma Assembleia, na qual se insinuava que o mesmo estaria a dormir, o que era triste. Disse, depois, que no ano anterior tinha ficado preocupado com o que se estava a fazer na Vala, porque a Câmara Municipal tinha procedido à limpeza da mesma, num período em que era proibido, e inclusive tinha em seu poder um ofício da Agência Portuguesa do Ambiente a dizer que os trabalhos deveriam decorrer de um de julho a trinta de setembro, pelo que a Vala tinha sido limpa em pleno período de nidificação, tendo tal facto levado a que no ano em curso não houvesse nenhuma amostra das aves que se viam nos anos anteriores, sendo fácil concluir que os ninhos tinham sido destruídos nos

trabalhos de limpeza da Vala. Referiu que tinha tentado solicitar a intervenção das autoridades competentes, mas quando o Instituto da Conservação da Natureza lhe tinha respondido que não tinha qualquer intervenção naquela situação, tinha decidido não avançar com a nenhuma reclamação para outros organismos, até porque isso não ia ressuscitar as aves que tinham sido mortas. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Nuno Prates, que frisou que ninguém estava a desvirtuar a Casa dos Patudos, nem a menosprezar a memória de José Relvas, e pelo contrário até estavam a valorizar a Casa e a perpetuar a memória de um benemérito, que tinha legado um património importantíssimo para Alpiarça. Disse, também, que nas paredes da Sala Império estava a ser colocado um tecido, que era exatamente do mesmo tipo que o anterior, que estava muito degradado e não podia, por isso, ser exposto ao público, sendo que tinha havido toda uma preocupação de manter o tipo de tecido original. Referiu que o testamento era, de facto, um elemento fundamental para se conhecer uma personagem histórica tão importante como José Relvas, mas entendia que o trabalho que estava a ser executado não o violava, até porque valorizava aquele património e no fundo beneficiava a casa onde José Relvas tinha vivido, e como tal, isso só podia ser considerado como um aspeto positivo e de respeito para com o legado. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, dizendo que era importante concretizar de que tecido existente se estava a falar e que tecido se propunha substituir o existente, ao que o senhor Deputado Municipal Nuno Prates respondeu que era chita de Alcobaça.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, dizendo que por respeito a quem tanto tinha legado a Alpiarça, por respeito pela sua memória, o testamento devia ser respeitado.-----

--- Pediu a palavra a senhora Vereador Sónia Sanfona, começando por explicar que, dado que a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, tinha feito referência a uma situação por si protagonizada, entendia que devia responder. De seguida, explicou que não estava a filmar a Assembleia, mas antes uma pessoa que era da sua bancada e uma intervenção em concreto, sendo certo que não estava a desrespeitar ninguém, nem de modo algum o regimento ou a Assembleia, mas apenas a exercer uma liberdade que considerava que lhe assistia.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por referir que, no seu entendimento, o que José Relvas tinha pretendido com o testamento, era exatamente que não houvesse uma confusão de papéis entre a gestão da Fundação José Relvas e a Câmara Municipal de Alpiarça, estando isso explícito na página cinco, onde se dizia: "*São inelegíveis para qualquer cargo da administração ou fiscalização deste legado, todas as pessoas que exerçam ou tenham exercido cargos ou funções públicas remuneradas pelo Município de Alpiarça*", sendo essa exatamente a situação em que se encontrava o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, desde o momento em que tinha assumido

a Presidência do Conselho Administração da Fundação José Relvas, ainda que tivesse tentado justificar a assunção de tal cargo, com o fundamento de que em mil novecentos e vinte e nove o cargo de Presidente da Câmara não era remunerado e como tal, aquela proibição não se aplicaria aos Presidentes de Câmara, embora não existisse qualquer dúvida de que o que o benemérito tinha tentado salvaguardar, era que não existisse qualquer confusão entre eleitos na Câmara Municipal e responsáveis pela gestão da Fundação José Relvas. Continuou a intervenção, admitindo que podiam existir reparos, relativamente ao cumprimento total das disposições do testamento, até porque se estava a viver numa época diferente, com outra evolução tecnológica e com outros meios, que tinha sido possível utilizar para melhorar as condições de conservação da Casa dos Patudos, mas em sua opinião, a intervenção em causa preservava o espírito subjacente à construção da casa. Terminou a intervenção, frisando que o atual Executivo, nos consecutivos mandatos, tinha transferido mais dinheiro dos legados para a Fundação José Relvas do que os Executivos do Partido Socialista.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, para lembrar que um ponto que estava no testamento e que não era cumprido atualmente, era que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia fizessem parte do Conselho de Administração de gestão do legado, e que tivessem direito de veto nas questões que afetassem ou que implicassem o testamento. Esclareceu, igualmente, que tendo em conta a necessidade de intervenção urgente num dos prédios do legado Manuel Nunes Ferreira, e não dispondo a Câmara Municipal ou o legado em si, da verba necessária para essa mesma intervenção, tinha sido com o anterior Conselho de Administração da Fundação José Relvas, que seria feita uma transferência de mil e quinhentos euros mensais para a Fundação José Relvas e a restante verba iria sendo acumulada até atingir um determinado valor, para se realizar aquela intervenção, mas depois o Conselho de Administração da Fundação não concordou e entendeu que devia colocar a Câmara Municipal em tribunal, tendo depois a própria Câmara Municipal decidido, por esse motivo, não continuar a transferir para a Fundação o valor em causa, não havendo por isso qualquer apropriação indevida, até porque a Câmara Municipal tinha tido sempre um relacionamento cordial com a Fundação José Relvas. Em relação à intervenção do senhor Deputado Municipal Armindo Batata, frisou que a intervenção na Vala tinha sido feita de acordo com as orientações e autorizações da APA - Agência Portuguesa do Ambiente.-----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para explicitar que o testamento elaborado em mil novecentos e vinte e nove, dizia que eram inelegíveis todas as pessoas que "*exerçam ou tenham exercido*", e não as pessoas que "*viessem a exercer*", sendo que apenas tinha sido eleito como Presidente de Câmara em mil novecentos e noventa e oito, ou seja, muito depois da data do testamento. Continuou a intervenção, concordando que algumas determinações não tinham sido integralmente cumpridas, inclusive nos mandatos em que o próprio tinha sido Presidente de Câmara, mas o que o senhor José Relvas

queria evitar era, de facto, uma intromissão do poder público instituído nos destinos da Instituição José Relvas, e situações como a que aconteceu na altura em que se tinha tratado daquela eleição, em que o atual Presidente da Câmara Municipal tinha chamado ao seu gabinete, e convidado para ser Presidente do Conselho de Administração da Fundação José Relvas um ex-vereador da CDU a tempo inteiro. Relembrou, também, que o executivo da CDU que teve como Presidente o Dr. Armindo Pinhão, tinha decidido que devia existir uma segregação dos legados, ou seja, os legados não se deviam misturar, e deviam ser geridos autonomamente e ser entregues aos seus beneficiários. Terminou, frisando que o Município não transferiu dinheiro por entender que, como o legado José Relvas era deficitário, os rendimentos do legado Manuel Nunes Ferreira deviam atenuar esse défice, e isso estava dito pelo Município de Alpiarça, sendo que essa verdade devia ser assumida em toda a sua extensão, e não só no que convinha.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que relembrou que na altura da eleição do senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para Presidente do Conselho de Administração da Fundação José Relvas, não se lembra de ter sido dado o argumento de que o testamento se referia a pessoas que estivesse a exercer ou já tivesse exercido cargos públicos, e não a pessoas que os viessem a exercer, sendo certo que a justificação dada à época foi a de que o cargo de Presidente da Câmara não era remunerado naquele tempo, ou seja, a explicação dada foi a de que os Presidente de Câmara estavam excluídos de tal disposição, porque não eram remunerados em mil novecentos e vinte e nove (1929). Frisou que, em sua opinião, era muito claro que o senhor José Relvas pretendia que não houvesse mistura entre funções e entre cargos, era isso que estava no testamento, de forma perfeitamente consciente. Explicitou que nunca tinha havido, da parte do atual Executivo, qualquer intenção de discriminar a Fundação José Relvas, e que nos primeiros anos de mandato tinham trabalhado com outros Conselhos de Administração, com toda a abertura, com toda a transparência e sentido de colaboração. Quanto ao processo em tribunal, instaurado pelo Fundação José Relvas, referiu que tinha sido proferida uma primeira decisão, sendo que os serviços jurídicos estavam a avaliar o processo e a Câmara de Alpiarça iria com toda a legitimidade, tomar as medidas que entendesse adequadas, de acordo com o quadro legal em vigor. -----

--- Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem do dia da reunião.-----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para Conhecimento.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por fazer um resumo da atividade institucional, da atividade cultural, da atividade desportiva, bem como

das obras por administração direta e também da situação financeira do Município. Quanto à situação financeira do Município, referiu que até ao dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, o endividamento global era de quatro milhões seiscentos e sessenta e seis mil e duzentos e trinta e dois euros, o que representava um decréscimo do endividamento, relativamente ao dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e um de cento e vinte e quatro mil euros e uma redução de oito milhões e seiscentos e trinta e três mil euros, em relação à situação referenciada ao exercício de dois mil e nove. Referiu que se estava a verificar uma retoma gradual da vida da comunidade aos vários níveis, sobretudo através da realização de um conjunto de iniciativas, quer da responsabilidade direta do Município, quer dos Clubes e Associações no âmbito desportivo e também no âmbito cultural. Informou, também, que já se tinham iniciado as obras dos novos balneários do Estádio Municipal e que já tinha sido executada a substituição do relvado sintético do campo, bem como da iluminação, faltando apenas a pintura da pista de atletismo. Frisou que tinha sido feita a apresentação pública do início de atividade do grupo de trabalho do Projeto de Valorização Patrimonial do Concelho de Alpiarça, num processo no qual o Município pretendia continuar a valorizar toda a memória coletiva, toda a história local. Relembrou que tinham sido realizadas diversas exposições, espetáculos de música, atividades desportivas, atividades dos escuteiros, e tinham sido também feita uma homenagem ao Maestro Fernando Lopes Graça. Informou que tinha participado numa reunião com o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. Antero Luís, com o objetivo de discutir a questão do novo Quartel da GNR, cujo processo se tinha atrasado por responsabilidade do Ministério da Administração Interna, porque tinham decorrido concursos para a elaboração do projeto de arquitetura e de especialidades, que tinham ficado desertos, mas atualmente o projeto de arquitetura já tinha sido aprovado pela Secretaria Geral da Administração Interna e pelo Secretário de Estado, sendo que estavam em fase de conclusão os projetos de especialidades, pelo que assim que estivessem prontos iria ser assinado o acordo de colaboração final entre as partes, para se definirem responsabilidades e para poderem avançar com a obra. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para questionar se na reunião que o senhor Presidente da Câmara tinha tido com o Conselho de Administração RESIURB, tinha sido abordada a evolução do sistema de recolha seletiva de lixo, pois a Câmara Municipal tinha feito o anúncio do projeto já havia dois anos e o mesmo ainda não se tinha desenvolvido.-----

--- O senhor Presidente da Câmara respondeu que estava a decorrer o processo de promoção da compostagem doméstica, através do programa "*Adote um compostor*", sendo que já tinha sido distribuído um conjunto muito significativo de compostores, em toda a área de intervenção dos Municípios da RESIURB, inclusive em Alpiarça, onde também já tinham sido distribuídas várias dezenas. Em relação à recolha seletiva, explicou que tinha decorrido um concurso para aquisição de novos ecopontos, para serem distribuídos em vários Municípios, o que no fundo ia fazer baixar o rácio da população por cada ecoponto e por isso, era

um processo que estava em andamento, no sentido de se procurar aumentar a eficácia da recolha seletiva no âmbito da Ecolezíria.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para questionar quando iria começar a recolha seletiva, porta a porta, que até já tinha sido anunciada.-----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara, para explicar que já havia um processo em desenvolvimento, que passava muito pela sensibilização das populações para participarem na recolha seletiva, porta a porta, mas que tinha sido gravemente prejudicado pela situação de pandemia que se estava a viver, pois tinha ficado suspensa a possibilidade de se efetuarem reuniões com as escolas, com as Associação de Pais, com as Associações de Moradores e com as comunidades na sua globalidade, pelo que quando se verificassem condições mais favoráveis, certamente que o processo avançaria e haveria a oportunidade de fazer tal sensibilização e ganhar as pessoas para o processo da recolha seletiva porta a porta.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que sobre a aquisição de mais EcoPontos, referiu que era necessário aumentar a densidade dos mesmos, mas também substituir aqueles que manifestamente pelo uso, pelos anos e pela deterioração já não cumpriam as suas funções, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que já tinha sido feito o necessário levantamento da situação, e que a ideia era não apenas intensificar a rede, mas também substituir os ecoPontos degradados.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo, que informou que existia um projeto para as Freguesias, que estava a ser dinamizado pela Ecolezíria, para a criação de centros de compostagem, mas que implicava que as Juntas tivessem terrenos que dessem para instalar os centros de compostagem, e como a Junta de Freguesia de Alpiarça não tinha terrenos, solicitou à Câmara Municipal a cedência de um espaço para instalar o centro de compostagem, e estava agora a candidatar-se ao programa, sendo que nesse centro de compostagem iria também ser feita a compostagem do lixo biológico, embora as regras ainda não estivessem todas definidas.-----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira.**-----

--- **Ponto 2: Nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Alpiarça para os anos 2021 e 2022, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. Para deliberação.**-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para explicar que a nomeação de Auditor Externo, responsável pela certificação legal de contas, era uma competência do órgão deliberativo do Município, sob proposta do órgão do executivo, e por esse facto a proposta apresentada em reunião de Câmara previa a nomeação, para os anos 2021/2022, da entidade Marques, Cruz & Associado, SROC, Lda, que já desempe-

nhava essa função junto do Município de Alpiarça havia algum tempo. -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Filomena Rúbio, que questionou se em ano de eleições, não faria mais sentido que a nomeação fosse feita só por um ano e não por dois anos, como estava definido na proposta.-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos respondeu, que tendo em conta justamente a proximidade das eleições com o final do ano, e para não criar nenhum vazio no serviço a prestar ou alguma irregularidade em termos de cumprimento da lei, por parte da Câmara Municipal, tinha sido proposta a nomeação para o ano 2022, unicamente com o intuito de salvaguardar o Município, embora os contratos pudessem sempre ser rescindidos por mútuo acordo, numa situação de eventual falta de confiança entre as partes. -----

--- **Deliberação: A proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Alpiarça para os anos 2021 e 2022, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA).**-----

--- **Ponto 3: Proposta de isenção do pagamento das taxas relativas à emissão de licença especial de ruído para realização de eventos desportivos, espetáculos e outros eventos culturais de idêntica natureza. Para deliberação.**-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para explicar que a proposta se reportava à isenção do pagamento das taxas relativas à emissão de licença especial de ruído para a realização de eventos desportivos, espetáculos e outros eventos culturais de idêntica natureza, e que estava a ser apresentada na sequência do conjunto de incentivos que já tinham sido aprovados, quer na Câmara Municipal quer também na Assembleia Municipal, traduzindo-se num sinal de continuidade dos apoios dados no âmbito da mitigação dos efeitos da pandemia. Referiu, ainda, que se propunha que a medida produzisse efeitos a 1 de Julho de dois mil e vinte e um e que vigorasse até final de dois mil e vinte e um.-----

--- **Deliberação: A proposta de isenção do pagamento das taxas relativas à emissão de licença especial de ruído para realização de eventos desportivos, espetáculos e outros eventos culturais de idêntica natureza foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Ponto 4: Apreciação e votação da Proposta de Autorização para a Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 319.250,00 €. Para deliberação.**-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para explicar que se tratava duma proposta de autorização para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, que estava devidamente enquadrada no regime financeiro das autarquias locais, sendo que os empréstimos de médio/longo prazo podiam ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida ou ainda para proceder a um conjunto de mecanismo de recuperação financeira municipal, e naquele caso seria para aplicar em investimentos, nomeadamente, na aquisição de dois prédios urbanos e na construção do Centro de Recolha Oficial de

Animais de Companhia de Alpiarça. Explicou que as propostas de autorização de contratação de empréstimos, eram obrigatoriamente acompanhadas do mapa do limite de dívida total, e que o procedimento obrigava ao convite de, no mínimo, três instituições de crédito, sendo que tinham sido convidadas sete, mas tinham apresentado proposta apenas quatro: a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Ribatejo Sul, a Caixa Geral de Depósitos, o Banco BPI e o Banco Santander Totta. Explicou que o empréstimo se destinava a financiar a aquisição de dois prédios urbanos, situados entre a Igreja e o Mercado Municipal, bem como a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Alpiarça, e que tinha um prazo de vinte anos, com uma carência de dois anos, propondo-se a contratação à Caixa de Crédito de Agrícola Mútuo do Ribatejo Sul. -----

--- O senhor Deputado Municipal Arminda Batata apresentou uma declaração de voto: *“Voto contra esta proposta, porque estamos a falar de um pedido de empréstimo a três meses do fim do mandato, em plena campanha eleitoral, para ser pago por quem vier a seguir”*.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que salientou que os eleitos podiam manifestar todas as suas discordâncias na Assembleia, desde que o fizessem com elevação, pois a vivência democrática não tinha nada a ver com a deselegância. Referiu que não compreendia como se podia lançar uma obra, como a da 2.ª Fase da Reabilitação do Mercado Municipal, sem ter garantida a propriedade dos terrenos, e que julgava que o assunto deveria ter sido previa e devidamente conversado, para se encontrar uma solução que não obstaculizasse a posição do Município, pelo que lamentava que o assunto tivesse sido tratado daquela forma.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que frisou que naquele caso nem uma palavra tinha sido dita aos eleitos, ao contrário do que tinha acontecido em casos anteriores, em que as questões tinham sido sempre colocadas de forma clara.-----

--- O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que, tendo em conta que existia um dado essencial que não tinha sido discutido no período da discussão, e apesar de não saber se a posição das bancadas era definitiva, não via problema em fazer novamente votação.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que explicou que entendia que assuntos daquela importância deviam ser tratados com menos arrogância, sendo esse um bom princípio, não haver arrogância no tratamento de assuntos que eram semelhantes a outros, que já tinham sido apresentados em Assembleia, porque aquela forma de tratar das situações não resolvia nada, só azedava os ânimos e ninguém com sentido de responsabilidade pretendia isso. Disse ainda, que logo de início, tinha tido o cuidado de lamentar que a obra se tivesse iniciado, sem que o dono de obra tivesse a garantia da propriedade dos terrenos, e que a aquisição dos mesmos estivesse agora dependente da aprovação daquele empréstimo, que era determinante para o seguimento da obra e para não causar pertur-

bações ao normal funcionamento da mesma. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que referiu que em sua opinião, o assunto tinha sido exposto de forma clara, e embora por vezes pudessem haver equívocos, no caso daquele tipo de empréstimo, era claro que a aprovação tinha que ser feita por maioria absoluta.-----

--- Interveio o senhor Presidente da Mesa, para referir que caso não houvesse nenhuma oposição de nenhum membro da Assembleia, autorizava a repetição da votação.-----

--- **Deliberação: A proposta de autorização para a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo até ao limite de 319.250,00 €, foi aprovada por maioria com 15 votos a favor (8 CDU e 7 PS) e 1 abstenção (MUDA).**-----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu apresentou a seguinte declaração de voto: *“A minha declaração de voto vai no sentido de reconhecer a elevação demonstrada pelo senhor Deputado Armindo Batata”*.-----

--- **Ponto 5: Proposta – Cedência de Terreno para Afetação ao Domínio Público. Município de Alpiarça. Para deliberação.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou que se tratava de um pedido apresentado por dois munícipes, Clárisse Aguiar e Jorge Alexandre Pereira, que pretendiam ceder uma faixa de terreno, num prédio rústico sito na Rua Engenheiro Francisco António Vasconcelos Casqueiro, no Casalinho, para integração no domínio público, de modo a viabilizar a construção de um parque de estacionamento público, numa zona frontal a esse mesmo prédio, confinante com a via pública. Disse, ainda, que se tratava de uma área de sessenta e nove de metros quadrados, sendo uma situação semelhante outras que a Assembleia Municipal já tinha tido a oportunidade de aprovar, inclusive na mesma rua.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que referiu que, em regra, os passeios em Alpiarça não estavam devidamente executados e em conformidade com a legislação em vigor, porque o passeio devia ser um canal de circulação contínuo e desimpedido, com uma largura livre mínima de um metro e meio, mas quando se autorizava um passeio com um metro e meio de largura, era óbvio que o canal de circulação não ia ficar com essa largura, porque eram colocadas caixas da EDP, das telecomunicações e de outras infraestruturas, que acabavam por retirar área de circulação aos passeios.-----

--- **Deliberação: A proposta de cedência de terreno para afetação ao domínio público, foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Ponto 6: Proposta – Revisão Orçamental N.º 2. Município de Alpiarça. Para deliberação.**-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para explicar que as revisões orçamentais eram da

competência da Assembleia Municipal e encontravam-se devidamente regulamentadas, quer pelo SNC-AP, quer pelo POCAL. Referiu que tinha sido feito um levantamento das rubricas que era necessário reforçar, retirando valor de rubricas onde o mesmo podia ser retirado.-----

--- Deliberação: A proposta de Revisão Orçamental N.º 2, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA). -----

--- Ponto 07: Prestação de Contas do Ano de 2020. Município de Alpiarça. Para deliberação. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos referiu que a prestação de contas estava acompanhada de um conjunto de documentos, que eram necessários e obrigatórios por lei, tendo sido elaborado o relatório de gestão, onde estavam discriminados os principais elementos em termos da atividade desenvolvida por parte do Município, bem como a análise da prestação de contas por parte do Executivo Municipal. Frisou que o ano de dois mil e vinte era o ano pioneiro do SNC-AP, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, que já estava aprovado desde de dois mil e quinze, mas cuja entrada em vigor vinha sendo adiada, tendo sido agora implementado. Ressalvou que a transição do POCAL para o SNC-AP, tinha levado à necessidade de reclassificação de todo o Património existente e também à própria reclassificação em termos contabilísticos, pelo que podiam haver rubricas que não eram devidamente comparáveis. Salientou que o ano dois mil e vinte, tinha sido o primeiro ano completo no qual oficialmente Alpiarça não tinha estado em excesso de endividamento, pelo que tal consolidação e recuperação económica ou financeira, era um marco bastante importante dos últimos três mandatos, que tinha criado margem suficiente para se poder investir mais no futuro. Explicou que a pandemia tinha influenciado bastante a atividade do Município de Alpiarça, certamente tal como todos os outros e salientou a prontidão e capacidade de adaptação à nova realidade do próprio Município de Alpiarça, que tinha conseguido manter um contacto permanente com os cidadãos, e que manteve os serviços essenciais sempre em funcionamento, quando muitas entidades públicas tinha optado por fechar portas. Informou que o exercício de dois mil e vinte tinha tido uma execução da receita de oitenta e cinco vírgula noventa e quatro por cento, com o resultado líquido negativo de duzentos e setenta e seis mil e noventa euros e oitenta e quatro cêntimos, sendo que apesar de todas as dificuldades, era possível estar satisfeito com o que que tinha sido previsto e concretizado ao longo de todo o ano de dois mil e vinte.-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que começou por referir que na introdução ao documento, no final do segundo parágrafo, estava escrito que "*(...) este foi também um ano foi particularmente atípico, com a pandemia da covid-19 a condicionar algumas decisões estratégicas, que tiveram de desviar partes dos fundos municipais para investir em meios e equipamentos no combate à pandemia*", pelo que se verificava que alguns fundos municipais tinham sido desviados para investimentos em meios e equipamentos de combate à pandemia, e como tal, solicitava ao

Executivo que apresentasse uma relação concreta dos investimentos, que tinham sido concretizados em meios e equipamentos de combate à pandemia, bem como do que tinham deixado de poder fazer, em virtude da aplicação de fundos noutras utilizações e noutros fins. De seguida, referiu que no âmbito das despesas de natureza económica, e na comparação dos anos dois mil e dezanove e dois mil e vinte, era possível verificar que as despesas correntes tinham crescido e as despesas de capital tinham descido, ou seja, tinham aumentado as despesas relativas ao funcionamento e tinham descido as despesas relativas ao investimento. Solicitou, ainda, explicações sobre a evolução dos ativos, nomeadamente, os ativos fixos tangíveis que apresentavam uma subida de cerca de dezoito milhões novecentos e quarenta mil euros, sendo referido que tal facto resultava da valorização do recheio da Casa dos Patudos, embora no relatório do ROC, relativamente ao património, o que se dizia era que o valor do recheio da Casa dos Patudos totalizava vinte vírgula sete milhões de euros, ou seja, entre a valorização dos ativos fixos tangíveis e a explicação do ROC, havia uma diferença de um vírgula oito milhões de euros, o que era muito dinheiro, embora certamente isso tivesse alguma uma explicação.-----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Anabela Costa, começando por felicitar todos os trabalhadores do setor de contabilidade da Câmara Municipal de Alpiarça, pelo trabalho desenvolvido no âmbito do processo de transição do POCAL para o SNC-AP, uma vez que, a transição das normas contabilísticas de um plano oficial de contas para outro plano, era de uma dificuldade extrema e muitas vezes era difícil chegar a soluções para ultrapassar essas dificuldades. Em relação ao relatório de gestão, disse que o maior investimento que Autarquia tinha tido em todo o mandato, tinha sido a tarefa de diminuir a dívida, sendo que se tinha verificado uma diminuição considerável na questão dos juros, o que era algo significativo na estrutura de custos de juros da Câmara Municipal com empréstimos. Salientou, também, que aquele tinha sido o primeiro ano completo em que se podia considerar que não tinha sido ultrapassado o excesso de endividamento, o que tinha permitido à Autarquia e ao Executivo concretizar alguns projetos, que durante muito tempo não tinha sido possível concretizar. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para salientar que o auditor referia no documento, que as despesas com pessoal correspondiam a quarenta vírgula cinco por cento das despesas do Município, sendo que tinha comparado esse valor com os de outros Municípios, e tinha concluído que na Lezíria do Tejo, havia dois Concelhos que se evidenciavam pelo valor das despesas com pessoal per capita, sendo um deles Alpiarça e o outro a Golegã, o que não era nada de novo, até porque os Municípios tinham todos que ter uma estrutura orgânica, independentemente do número de habitantes que tinham, mas era uma matéria que merecia ser pensada, a um nível superior e de quem tomava decisões, para que fossem encontradas soluções, pois estava a verificar-se que quanto mais pequeno era o Município, maiores eram os custos com pessoal per capita. Referiu que tinha alguma preocupação, relativamente ao absentismo por do-

ença, que na Câmara Municipal de Alpiarça, em dois mil e vinte, tinha totalizado três mil quinhentos e setenta e sete dias, correspondendo a oitenta por cento do total do absentismo, pelo que considerava que deveriam ser verificadas as condições de salubridade do trabalho, porque alguma razão existia para que o absentismo por doença correspondesse a uma média de vinte dias por trabalhador por ano. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Mesa, referindo que já passava da meia noite, pelo que era necessário proceder à votação para continuidade dos trabalhos para além da meia noite, tendo sido aprovada por unanimidade a continuidade dos trabalhos.-----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, para referir que os fundos gastos no âmbito do combate à pandemia, se reportavam essencialmente à aquisição de ventiladores, que tinha sido feita pelo Município de Alpiarça, juntamente com os outros Municípios da CIMLT, bem como à aquisição de equipamentos de proteção individual, entre outras despesas, cujo levantamento iria ser feito para melhor conhecimento da situação e às quais se juntava a quebra da receita, resultante dos apoios canalizados para a população população, que não sendo uma despesa direta, também constituía verba que se tinha deixado de receber e que, de algum modo, também penalizava as finanças do Município. Em relação à questão das despesas com pessoal, referiu que no quadro dois ponto um se verificava uma evolução das despesas com pessoal de dezasseis por cento.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para salientar que nas despesas com pessoal, só no funcionamento tinha havido uma subida de dezasseis vírgula dois por cento.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos para frisar que, de uma forma geral, tinham sido mantidas as despesas ao mesmo nível dos anos anteriores e quanto aos ativos fixos tangíveis, explicou que tinha havido necessidade de inventariar todo o património do Município, o que levava a uma evolução extraordinária do ativo e conseqüentemente, também aos gastos de depreciação e amortização, sendo que tudo estava relacionado com a nova forma de classificação, que seria muito mais fiável, quando se fizesse a comparação do ano dois mil e vinte para dois mil e vinte e um. Quanto à discrepância entre o aumento do ativo no quadro cinco e o relatório do ROC, informou que alguns ativos fixos tangíveis, tinham sido transferidos para propriedades de investimento, ou seja, alguns ativos fixos que estavam classificados como tal, nomeadamente, os ativos que o Município tinha e que geravam rendimento, com a transição para o SNC-AP tiveram que ser classificados como propriedades de investimento.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para frisar que quer numa situação quer noutra, o que estava referido era o recheio da Casa dos Patudos, e não se falava de propriedades imobiliárias, pelo que naquela evolução do ativo e lendo o que estava escrito nos documentos, verificava-se que o aumento se tinha ficado a dever ao lançamento no património do Município do espólio da Casa Museu dos Patudos. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, para explicar que se tinha devido sobretudo à Casa dos Patudos, mas existiam outros fatores que também se incluíam ali.-----

--- **Deliberação: A Prestação de Contas do Ano de 2020** foi aprovado por maioria com 8 votos a favor (CDU) e 8 abstenções (7 PS e 1 MUDA).-----

--- **Ponto 08: Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas nos dia 24 e 30 de Abril de 2021. Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- **Deliberação: As atas das sessões da Assembleia Municipal, realizadas nos dia 24 e 30 de Abril de 2021 foram aprovadas por unanimidade.**-----

--- **Ponto 09: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 20 do Regimento. Para deliberação.**-----

--- O senhor Presidente da Mesa propôs a alteração da designação de **“Moção agradecimento aos profissionais da USF de Alpiarça”** para **“Voto de agradecimento aos profissionais da USF de Alpiarça”**, tendo a sugestão sido aprovada por unanimidade. -----

Voto de agradecimento aos profissionais da USF de Alpiarça, apresentado pela senhora Deputada Municipal Ana Margarida do Céu da bancada do Partido Socialista: *“A pandemia que assola o mundo desde 2020, veio demonstrar a importância dos nossos profissionais de saúde, muitas vezes esquecidos. Desde o primeiro momento que estão na linha da frente, salvando vidas, numa guerra desigual e injusta conta este adversário. Enquanto muitos de nós ficámos em casa, os nossos profissionais de saúde arriscavam diariamente a sua saúde e a dos seus familiares. Em 2021, esta guerra apresentou uma nova frente de batalha, na qual nos encontramos atualmente, que é a de vacinar o maior número de pessoas, no maior curto espaço de tempo. Mais uma batalha, e mais uma vez os nossos profissionais de saúde, demonstraram ser dos melhores e dos mais dedicados. A USF de Alpiarça tem demonstrado diariamente, em todo este processo, um trabalho exemplar. Verifica-se diariamente a excelente organização, desde o contacto próximo com a população, aquando do agendamento, no cumprimento dos horários e na inexistência de tempos de espera, sem nunca descuidar os restantes cuidados saúde necessários à população. A dedicação diária é muitas vezes alcançada, abdicado dos descansos necessários e obrigando à realização de trabalho extra, nem sempre valorizado. A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alpiarça, vem por este meio agradecer a todos os profissionais de saúde que compõem a USF de Alpiarça, a sua dedicação e o excelente trabalho que têm desenvolvido”.*-----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que disse estar completamente de acordo com o voto de agradecimento, e que reconhecia a excelente organização da USF de Alpiarça, verificada quer no contacto próximo com a população, quer no agendamento, quer no cumprimento dos horários e na inexistência de tempos de espera, embora tivesse que ser referido que tais

fatores não se deviam só à estrutura de pessoal do Centro de Saúde, porque apesar de ser residual, a Autarquia também tinha disponibilizado meios humanos para auxiliar naquelas tarefas. Explicou que não estava a solicitar nenhuma alteração ao conteúdo do voto de agradecimento, até porque concordava que nem sempre os trabalhadores do setor da saúde eram valorizados, e a CDU sempre tinha lutado para que os profissionais de saúde, quer dos centros de saúde, quer dos hospitais, tivessem melhores condições de trabalho e melhores salários.-----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Fernanda Garnel, dizendo que concordava na generalidade com o voto de agradecimento e ia votar a favor, mas existiam alguns pontos dos quais discordava, como na parte em que se dizia que os profissionais de saúde nem sempre eram valorizados, pois a CDU sempre tinha lutado por melhores condições, para os profissionais de saúde e para o Serviço Nacional de Saúde na generalidade. Disse, também, que o processo de vacinação em Alpiarça tinha contado com a colaboração do Município, e também dos Bombeiros Municipais, que deveriam ser igualmente referidos, pois estavam a efetuar o transporte de pessoas que não tinham meios de se deslocar para levar a vacina.-----

--- **Deliberação: O voto de agradecimento aos profissionais da USF de Alpiarça foi aprovado por unanimidade.**-----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO**-----

--- Foi dada a palavra ao público, mas não houve pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 00h44m. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa Fernando Louro _____

1.º Secretário João Osório _____

2.ª Secretária Fernanda Garnel _____

Alpiarça, ao trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um. -----